

Sarney define estratégia na nova ofensiva da dívida

Eliane Catanhede e
Etevaldo Dias

BRASÍLIA — O presidente José Sarney defende uma negociação dura-doura e não ortodoxa para a dívida externa, "na base das leis de mercado", em que devedores e credores somem o saldo e negociem perdas e ganhos de ambos os lados. Nessa negociação, os pontos-chaves são o deságio dos títulos da dívida brasileira e a transformação de parte dessa dívida em bônus resgatáveis a longo prazo.

Do total da dívida, em torno de 4 bilhões a 5 bilhões de dólares já estiveram transformados em bônus. Entretanto, esse volume caiu e está, hoje, um pouco acima dos 2 bilhões de dólares. A intenção do governo é não só retomar os volumes anteriores como também ultrapassá-los, segundo afirmou Sarney ao JORNAL DO BRASIL, ao retornar de um almoço no Palácio da Alvorada com todo o comando de negociação da dívida externa.

Posição — Estavam presentes o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, o assessor especial para a dívida, Fernão Bracher, e o assessor internacional, Rubens Ricupero. Depois de acertado todo o cronograma de viagens ao exterior — que começa hoje com a ida de Bresser a Viena — Sarney foi detalhadamente informado sobre as propostas brasileiras e a postura política do país diante dos credores.

— Toda a nossa proposta aos bancos privados vai ser formalizada em 30 a 60 dias, ou seja, até o final deste mês ou, no máximo, do próximo — garantiu Sarney na entrevista, concedida a partir das 15 horas, já no seu gabinete de trabalho do Palácio do Planalto.

Assessores do presidente confirmam que as bases de negociação que os porta-vozes brasileiros levarão aos credores internacionais, na primeira rodada de conversações e visando uma solução imediatista, de curto prazo, será de *spread* zero, novos investimentos de 7,2 bilhões de dólares e pagamento em 21 anos (16 mais os cinco iniciais, de carência).

O presidente, contudo, está mais atento à negociação de longo prazo, que crie posturas políticas diferentes entre devedores e credores. Nessa estratégia, diz, é importante manter a decisão de só negociar com o Fundo Monetário Internacional (FMI) depois das negociações com os bancos privados e, ainda, fincar pé nas propostas de deságio dos títulos da dívida e na transformação de parte dela em bônus.

Segundo Sarney, que estava descontraído, mas reticente ao falar de detalhes do almoço, dois países da América Latina, México e Argentina, já negociaram o pagamento de suas dívidas externas e estão dando exemplos práticos de uma negociação ortodoxa, via FMI, por exemplo, que deve ser descartada nesse momento pelo Brasil. Esses dois países não

conseguiram solucionar de forma positiva suas dívidas externas e, também, estão com graves problemas internos.

Inflação — Ele também acha que o governo pode dedicar atenção prioritária à questão externa e ao texto da futura Constituição, pois a economia interna "está sob controle". Informou, por exemplo, que a inflação deve se estabilizar entre 6% a 7% ao mês até o final do ano, "até com tendência a baixar".

— Presidente, e a informação de que o mercado financeiro trabalha com uma expectativa de 13% de inflação em outubro? — perguntaram os repórteres do JORNAL DO BRASIL.

— Nunca existiu isso. Não sei de onde tiraram esse índice — respondeu, enfaticamente, o presidente da República.

Ele atribui o índice de 6,36% de inflação registrado para agosto — contra as previsões oficiais de, no máximo, 4% a 5% — "à absorção dos aumentos das tarifas". E não está preocupado com a pressão do processo de descongelamento de preços sobre os futuros índices de inflação, "pois serão consideradas as medidas dos três meses anteriores, e a média é sempre menor do que o real".

Sacando dois grossos volumes, encadernados em couro verde e com a sua assinatura impressa em couro, o presidente Sarney disse que "agora a casa está em ordem". Um dos volumes — o mais grosso, que ele chegou a acariciar — é do orçamento unificado da União, encaminhado na véspera ao Congresso Nacional.

"País viável" — Ao falar sobre o Congresso, automaticamente raciocinou:

— Precisamos unir a realidade do governo e o projeto de nova Constituição.

Nessa parte da conversa, combateu o parlamentarismo sob os argumentos de que o voto distrital não foi implantado e os partidos não são fortes.

— Queremos um parlamento forte e não como agora, cujo único poder é o do discurso — disse o presidente, para concluir que há várias hipóteses sendo discutidas no meio-termo entre presidencialismo ou parlamentarismo puros.

— O presidencialismo com voto de censura aos ministros civis é uma delas? — perguntaram os repórteres.

— Também está sendo analisada, mas não é a única — respondeu.

— É a sua preferida? — insistiram.

— Há muitas em estudo... — des- conversou o presidente.

— A Constituição deve tornar o país mais viável e não inviável. O que puder ser feito para fortalecer o Parlamento é bem-vindo, mas sem inviabilizar o país.

Como exemplo do que seria inviável, Sarney destacou a parte tributária do projeto de Constituição apresentado na semana passada, pelo relator Bernardo Cabral. Pelo texto, a União perderia 26% de arrecadação e, ainda, por cima, aumentaria em 110% seu repasse para os estados e municípios.

Brasília — José Varella



Sarney disse que a proposta aos bancos privados será formalizada até em 60 dias